

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v18i35.21921>

"ALUGA-SE UMA ESCRAVA PRETA, QUE *ENGOMMA*
PERFEITAMENTE" *DIARIO DE PERNAMBUCO* E A CONSTRUÇÃO DO
IMAGINÁRIO DE DOMESTICIDADE ACERCA DA MULHER NEGRA NO
PRÉ-ABOLIÇÃO NO BRASIL (1887 - 1888)

Adriana Santana

Pesquisadora de Pós-Doutorado do Departamento de História (USP)

Professora Associada do Departamento de Comunicação (UFPE)

E-mail: adriana.masantana@ufpe.br

Camile Roberta Santos Barros da Silva

Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo (UFPE)

E-mail: camile.barros@ufpe.br

Resumo

Este trabalho visa a identificar como a imprensa pernambucana retratava mulheres negras no imediato pré-Abolição (maio de 1887 a maio de 1888) e, assim, compreender de que forma se dava a associação das mulheres pretas aos serviços domésticos – relação que se estende ao mundo contemporâneo, visto que no cenário brasileiro atual, as mulheres ainda desempenham um papel significativo no trabalho doméstico, sendo quase 70% desses postos ocupados por negras (Dieese, 2022). Esta pesquisa traz como *corpus* de análise 35 edições do *Diario de Pernambuco*, periódico mais antigo ainda em circulação na América Latina, veiculadas durante o período de um ano, para destacar o papel dos jornais oitocentistas na construção do imaginário social de domesticidade acerca da mulher negra nos estertores da escravidão.

Palavras-chave: Imprensa; Mulheres negras; Domesticidade.

"A BLACK SLAVE FOR RENT, WHO STEAM IRONING PERFECTLY"
DIARIO DE PERNAMBUCO AND THE CONSTRUCTION OF THE
IMAGINARY OF DOMESTICITY ABOUT THE BLACK WOMAN IN THE
PRE-ABOLITION PERIOD IN BRAZIL (1887 - 1888)

Abstract

This study aims to identify how the press in Pernambuco portrayed black women in the immediate pre-Abolition period (May 1887 to May 1888) and to understand the association of

black women with domestic work—a relationship that extends into contemporary times, as nearly 70% of domestic workers in Brazil today are black (Dieese, 2022). This research analyzes 35 editions of the *Daario de Pernambuco*, the oldest continuously published newspaper in Latin America, over the course of a year, highlighting the role of 19th-century periodicals in shaping the social imaginary of domesticity regarding black women in the final days of slavery.

Keywords: Press; Black women; Domesticity.

1. Introdução

Nenhuma política efetiva de inserção social foi institucionalmente decretada para que as pessoas recém-libertas obtivessem moradia, trabalho e segurança social no pós-Abolição no Brasil (Fernandes, 2008). Em consequência, face às extremas dificuldades no acesso à educação formal e profissionalização, nos anos finais do século XIX e início do XX, mais de 70% da população economicamente ativa ex-escravizada estava inserida no trabalho doméstico, a exemplo de amas-de-leite, lavadeiras, vendedoras de frutas e doces, cozinheiras e arrumadeiras, no caso das mulheres (Graham, 1992).

A domesticidade era, dessa forma, um dos pilares do universo do trabalho dentro das grandes cidades brasileiras. A lógica predominante no mercado de trabalho foi a de manutenção das mulheres negras como domésticas e cuidadoras dos lares. Essa atribuição à domesticidade tem ecos no passado colonial e reflexos diretos no mundo contemporâneo. A domesticidade (Farias, 1983), construção social que está sob a influência das normas, expectativas e ideias sociais na concepção do "lar" e nas dinâmicas familiares, tem determinado o gênero feminino como o grande responsável por realizar essas tarefas. Calcula-se que hoje, no Brasil, pelo menos 67% das empregadas domésticas sejam da raça negra (Dieese, 2022). A função de empregada doméstica permaneceu intrinsecamente associada às mulheres negras, não apenas como meio de inserção no mercado e sim como uma das principais formas de ocupação.

O objetivo deste trabalho é identificar como a imprensa pernambucana participou do desenvolvimento desta construção social entre maio de 1887 e maio de 1888 (período imediatamente antecedente à Abolição), tendo como objeto as construções discursivas do *Diario de Pernambuco*, jornal mais antigo em circulação da América Latina. O propósito é o de analisar de que forma este periódico contribuiu para a construção do imaginário de domesticidade acerca da mulher negra.

Serão analisados, qualitativa e quantitativamente, conteúdos editoriais e de anúncios veiculados num período de 12 meses. Para isso, esta pesquisa ampara-se em conceitos como construção social da realidade (Berger; Luckmann, 2014) e domesticidade (Farias, 1983), além de estudos sobre criadas e patrões no Brasil Oitocentista (Dias, 1995; Graham, 1992; Knight, 2017), tendo o aporte da análise discursiva (Orlandi, 2012) como método aplicado à análise do *corpus*.

A imprensa tem desempenhado um papel significativo na construção da imagem da pessoa negra (Schwarz, 1987; Christofoletti; Basso, 2007), perpetuando estereótipos, preconceitos e desigualdades, e atribuindo sua identidade às atividades domésticas e braçais. Essa imagem foi construída tanto por intermédio de matérias quanto de anúncios, com forte teor racista, em que as habilidades domésticas davam o tom; assim, o propósito é resgatar historicamente como o racismo estrutural (Souza, 2017) pautado no serviço doméstico foi consolidado no jornal, estendendo a distorção da imagem das mulheres negras como oprimidas e associadas à servidão até a contemporaneidade.

2. A mulher negra nos cenários pré e pós-Abolição

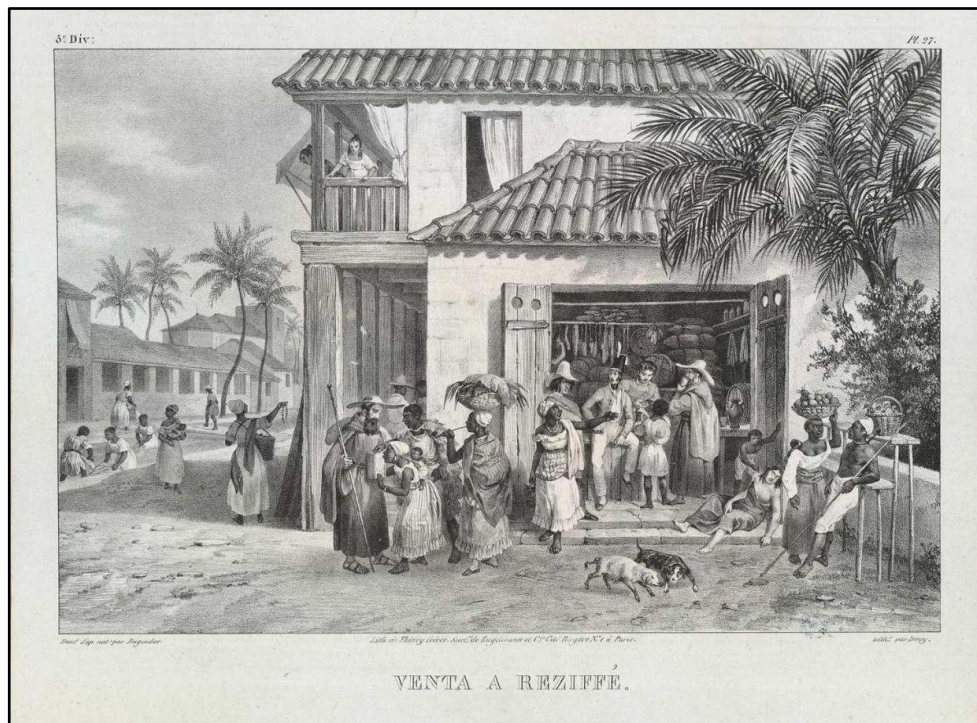
A identidade das mulheres negras que sobreviveram à diáspora e foram exploradas de diversas formas no Brasil escravocrata possui múltiplas faces e passou por diversas resistências. Às mulheres negras estava destinada a "tríplice significação", que foi a base de sustentação, manutenção e expansão da escravidão atlântica e do próprio capitalismo: eram produtos, produtoras e reprodutoras do sistema (Viana, 2023).

O conjunto de subjugações incluía severas agressões e violências que partiam de todas as esferas sociais, inclusive de mulheres brancas, por intermédio de surras e torturas (Graham, 1956). No entanto, para além da opressão, o trabalho é um dos principais âmbitos que caracterizaram a identidade dessas mulheres. As mulheres negras também exerciam trabalhos pesados nas lavouras de café e açúcar, passando longos períodos no sol (Klein, 1983).

No Recife oitocentista, cenário desta pesquisa, a cidade era composta por inúmeros espaços que marcavam o começo dos centros comerciais e da aglomeração urbana, sendo os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista os principais que formavam a capital da Província (Carvalho, 1988). Com o crescimento urbano, era necessária mão-de-obra, e as mulheres negras

representavam grande parte dela, fossem livres ou cativas. Frequentemente podia-se observá-las à porta de uma venda, comprando e vendendo produtos de subsistência, como mostra a gravura "Venda em Recife [originalmente Ventta a Rezzifé]", elaborada pelo pintor e viajante alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), em 1835:

Figura 1: Gravura "Venda em Recife", de Johan Moritz Rugendas, 1835.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

O trabalho doméstico, tanto livre quanto escravo, constituiu a principal ocupação das mulheres negras no Recife do século XIX. Mulheres livres anunciavam nos jornais a busca por trabalho, mas a domesticidade compulsória afetava tanto escravizadas quanto libertas. A redução do número de escravizados, em função das alforrias, resultou em um aumento de mulheres livres sem ocupação, pois as oportunidades de emprego no comércio e nas residências não eram suficientes para atender à demanda (Carvalho, 2006).

A busca por manumissão também impulsionava o trabalho das mulheres negras, que trabalhavam ativamente na libertação própria ou de seus filhos e parentes (Machado; Castilho, 2015). Os senhores determinavam as responsabilidades das trabalhadoras, sendo a figura da quitandeira uma ocupação quase exclusiva das escravizadas. O comércio ambulante de alimentos era realizado pelas "escravas de ganho", que tinham maior liberdade no espaço

urbano e serviam como canal de comunicação entre libertos e escravizados (Soares, 1996; Leite, 1984).

Essas mulheres estabeleciam acordos com seus senhores, permitindo-lhes trabalhar de forma autônoma e prestar contas ao final do dia, o que possibilitava acumular dinheiro para a compra da carta de alforria (Junqueira e Peetz, 2015). Além disso, o comércio urbano proporcionava redes de sociabilidade que poderiam assegurar um futuro após a liberdade. No entanto, sua sobrevivência estava vinculada a uma arriscada circulação pelos espaços urbanos, dependente de um ativo circuito de informações e comunicação, que era ameaçado por medidas repressivas do sistema colonial, como licenças e toques de recolher (Dias, 1995).

As africanas chegaram ao Brasil, via tráfico transatlântico, para a exploração compulsória do trabalho, assim como os homens; porém, foram designadas ao serviço doméstico em números expressivos, realizando diversas atividades, como limpar a casa, lavar e engomar, cozinhar, cuidar dos filhos das mulheres brancas e amamentá-los. Elas viviam dentro das casas dos senhores prestando serviços domésticos, além de também serem designadas ao trabalho nas lavouras e quitandas.

Na análise de inventários pernambucanos categorizados por atividades, foi constatado que, para o meio rural, havia uma preferência pelo emprego de mão de obra masculina, enquanto nas atividades domésticas predominava o uso de mulheres (Versiani; Vergolino; Noguero, 2016). Isso se dava pela busca da força física.

Por outro lado, a escolha mais frequente por cativas nas atividades domésticas não estava apenas ligada a uma norma cultural conservadora, mas também fazia parte de um contexto mais amplo de controle patriarcal e exploração sexual. Os senhores encorajavam a associação das mulheres ao trabalho doméstico como uma forma de controle sobre o espaço privado, onde os abusos sexuais contra as escravizadas eram frequentes. O tempo em que elas passavam dentro das residências acarretou numa prática violenta e recorrente por parte dos proprietários: os abusos sexuais e estupro, inclusive contra meninas (Nequete, 1988). O ambiente doméstico legitimava essas dinâmicas de exploração, visto que, além da condição escrava, pesavam sobre as mulheres exigências morais específicas da condição feminina numa sociedade patriarcal.

A reclusão feminina, especialmente de escravizadas, aumentava seu valor no mercado, com a "mucama recolhida" sendo considerada mercadoria de maior qualidade. Essa vigilância

facilitava o controle e tornava essas mulheres vulneráveis a abusos sexuais. O corpo dessas mulheres integrava o "capital simbólico" dos patrões, criando uma dinâmica que mesclava trabalho doméstico e exploração sexual, em que a cativa ou empregada livre poderia ser tratada como amante involuntária, sujeita a ser descartada ou vendida (Carvalho, 2003). Muitas vezes, o resultado desses abusos eram filhos, frutos da miscigenação racial.

Sendo a mulher negra o elo mais fraco, recaía sobre ela os ciúmes das senhoras, que eram cientes dos casos de relações sexuais entre senhor e escravizada. Como consequência, as raivas e frustrações eram depositadas nas mulheres que haviam sido abusadas sexualmente pelos senhores. No entanto, as violências não ocorriam apenas em casos de atos consumados; bastava a escrava possuir uma característica física considerada um poder de sedução. "Como causa do ciúme das senhoras, incontáveis são os casos de torturas, amputações e todo tipo de violências exercidas sobre as escravas" (Giacomini, 1988, p. 68).

Graham (1992), ao comentar sobre as complexidades das relações domésticas entre patrões e criadas, destacava a constante tensão entre o dever paternalista dos patrões e a obrigação de obediência das criadas. Essas relações eram sustentadas por expectativas mútuas: os senhores tinham a responsabilidade de prover comida, abrigo, roupas e cuidados médicos e, em troca, esperavam lealdade e submissão; contudo, o equilíbrio dessas relações era precário, com a desconfiança permeando as interações.

As mulheres negras que trabalhavam como domésticas, seja no contexto escravo ou livre, frequentemente, habitavam as casas dos patrões, o que intensificava as tensões. A convivência próxima dentro do espaço doméstico tornava as relações pessoais, mas sempre desiguais. Mesmo após a transição do trabalho escravo para o livre, essa hierarquia permaneceu em vigor, com patrões mantendo o controle sobre as trabalhadoras, mesmo aquelas que haviam conquistado sua liberdade formal (Graham, 1992).

Há outro aspecto indissociável da vida de mulheres negras no Oitocentos. Especialmente após a proibição do tráfico negreiro no País, passa a ser designada a elas, em algumas situações, a função de reprodutoras, o que garantiria a manutenção das novas gerações de escravizados. A Lei Eusébio de Queiroz e a proximidade com o fim da escravidão fez com que os grandes proprietários tentassem "manter as margens de domínio e controle social sobre a geração nascida após 28 de setembro de 1871" (Campos, 2017, p.469).

A maternidade é um dos mais significativos aspectos para entender a identidade das cativas. Antes da promulgação da Lei, era considerada uma questão antieconômica pelos proprietários. A média de sobrevivência de um escravizado adulto variava entre 5 e 12 anos, o que significava que a introdução de novos escravizados não aumentava a população trabalhadora. Assim, garantir o sustento das mulheres durante a fase não-produtiva da gestação não valia a pena economicamente (Giacomini, 1998).

Entretanto, com a proibição do tráfico, estabelecida em 1831 e consolidada em 1850, as crianças nascidas de escravizadas passaram a ser vistas sob nova perspectiva. A capacidade reprodutiva dessas mulheres se tornou um fator crucial para a manutenção e expansão da força de trabalho. A partir desse momento, os corpos das escravizadas e seus filhos foram colocados no centro das políticas natalistas, que buscavam maximizar a sobrevivência e o bem-estar dos recém-nascidos, essencial para garantir o futuro da escravidão (Telles, 2018).

Na primeira metade do século XIX, manuais voltados para fazendeiros, especialmente nas grandes *plantations* do Sudeste, propunham reformas que buscavam adaptar a mentalidade senhorial ao novo contexto, destacando a importância da saúde das gestantes e nutrizas. As recomendações incluíam práticas de trabalho e descanso, pautadas em princípios de higiene, reconhecendo que a sobrevivência das crianças dependia diretamente do cuidado dispensado às mães (Knight, 2017). Um dos manuais mais conhecidos foi o escrito pelo Barão Pati de Alferes (Werneck, 1985), em que o autor visava ensinar ao filho, recém-chegado da Europa, "os triviais usos e costumes" das fazendas brasileiras.

No final do século XIX, o Brasil vivenciou intensas transformações sociais e políticas. A escravidão, um dos principais pilares da economia e da sociedade brasileira (Schwartz, 2001), começava a entrar em colapso. Mesmo com o fim do sistema escravocrata, permanecia profundamente enraizada numa estrutura de classes hierárquica, em que a raça e o gênero desempenhavam papéis fundamentais na definição das relações de poder.

A população negra, predominantemente composta por ex-escravizados, enfrentava condições de vida severas, desumanizadas e excluídas de oportunidades de trabalho digno e mobilidade social (Fernandes, 2008). Após a Abolição, a situação das mulheres negras se tornava ainda mais crítica, pois sofriam com o racismo estrutural e o peso do patriarcado. Essa mudança não só redefiniu seus espaços, mas também as forçou a migrar para as periferias urbanas. Nas primeiras décadas do século XX, continuaram à margem da sociedade, excluídas de direitos

sociais e econômicos, formando um vasto contingente de desempregadas, vistas como um "exército de reserva" de mão de obra não aproveitada.

Além da marginalização racial, essas mulheres eram frequentemente consideradas dispensáveis, relegadas a trabalhos informais e mal remunerados. Suas condições de vida eram precárias, levando-as a recorrer ao artesanato e à comercialização de pequenos gêneros de consumo, atividades essenciais para sua subsistência (Dias, 1995).

Nesse contexto, em que o sistema escravista ruía e as mulheres negras demonstravam agência em seus processos de liberdade e sobrevivência, buscamos entender como a imprensa, como extensão das necessidades de comunicação do poder (Bucci, 2000), retratava a população negra, especialmente o espaço destinado às mulheres negras no *Diário de Pernambuco*, primeiro jornal fundado na Província de Pernambuco, em 1825 (Nascimento, 1962).

3. Representações na imprensa pernambucana oitocentista

A imprensa desempenhou um papel ambíguo em relação à escravidão, contribuindo para sua manutenção e legitimação. Muitos jornais do período colonial e imperial eram propriedade de elites com interesses financeiros na escravidão, defendendo seus benefícios e censurando vozes abolicionistas (Oliveira, 2004; Gomes, 2010; Silva, 2008; Silva, 2014). Esses veículos disseminaram o racismo, sustentando a inferioridade dos negros e legitimando a escravidão, enquanto marginalizavam e silenciavam as vozes dissidentes (Alonso, 2014).

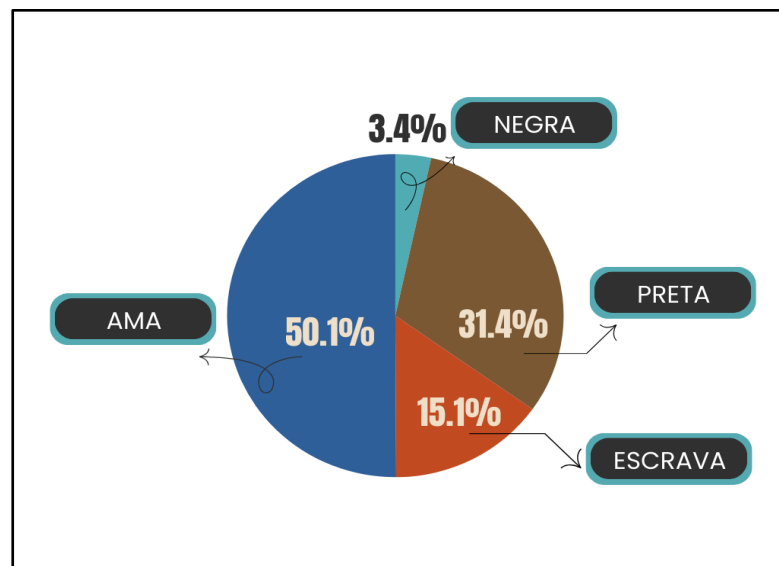
A representação da mulher negra na imprensa pernambucana do século XIX é um tema histórico relevante, embora suas análises sejam escassas. A realidade social é continuamente construída através da interação humana, moldando percepções coletivas (Berger e Luckmann, 2004). Nesse contexto, o *Diário de Pernambuco* exerceu papel fundamental na formação das narrativas sociais, políticas e culturais da Província. Análises das edições revelam a marginalização e a sub-representação das mulheres negras, sendo frequentemente anunciadas como mão-de-obra e contribuindo para sua desumanização e fortalecimento de hierarquias sociais.

Nesse cenário, a construção do imaginário de domesticidade se fortaleceu. A imprensa do século XIX não apenas refletiu, mas também influenciou valores e percepções sociais,

limitando a compreensão das questões de precarização do trabalho e exploração, perpetuando ideários racistas que associam essas mulheres à subalternidade. A pesquisa analisa como a imprensa pernambucana moldou essa narrativa, utilizando a análise do discurso (AD) como metodologia, a qual investiga as relações entre linguagem, poder e sociedade (Orlandi, 2012; Foucault, 1996).

A pesquisa acessou o acervo do *Diario* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, focando em palavras-chave como "escrava", "negra" e "preta". O termo "ama", devido à sua abrangência, apresentou mais de 14 mil ocorrências em uma década, enquanto as demais expressões totalizaram uma média de 6 mil aparições. Essa análise busca entender como essas representações influenciaram a construção do imaginário de domesticidade acerca da mulher negra.

Gráfico 1: Número de ocorrências das palavras-chave (1880-1889).

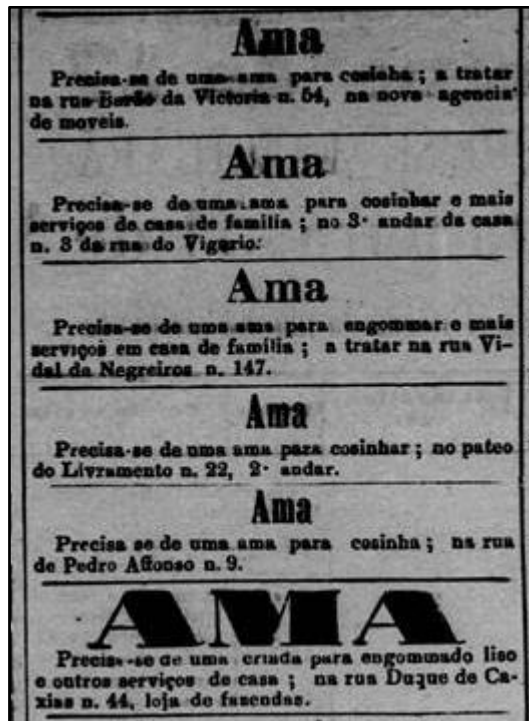


Fonte: Autoria própria (2024).

As ocorrências abrangeram todos os tipos de uso dos vocábulos, incluindo as que não estavam em contextos de raça e escravidão. Em todas as edições do *Diario de Pernambuco* do ano de 1888, inclusive após a Abolição, é possível encontrar anúncios buscando por amas para a realização de diferentes atividades domésticas e também para o serviço de “ama de leite”. A aparição constante dos anúncios em busca de "amas" para realizar diversas atividades domésticas sugere que o termo não era apenas uma descrição genérica, mas sim uma palavra-chave essencialmente associada à procura por mão-de-obra feminina, tanto escrava quanto

livre, para a realização de tarefas do âmbito doméstico; logo, a palavra transcende sua simples utilização linguística, tornando-se um indicador valioso para compreender a ênfase dada à contratação de mulheres para atividades domésticas.

Figura 2: Diário de Pernambuco, edição 120, 27 de maio de 1888.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Foram construídas três tabelas (Tabela 1, 2 e 3, adiante) com as principais ocorrências envolvendo mulheres negras em diferentes contextos. Na análise do periódico, foi possível identificar três abordagens distintas em relação à representação da mulher negra. A primeira vertente, centrada na palavra-chave "preta", baseia-se na adjetivação. Ou seja, era utilizada como uma forma de caracterização de mulheres negras. A segunda abordagem, que utiliza o termo "escrava", destacou-se ao evidenciar a associação da mulher negra e escrava com o serviço doméstico, além de explorar a relação com a noção social de propriedade devido à utilização do termo para designar posse dos senhores sobre as escravas. Por fim, a terceira abordagem, cujo foco está na palavra-chave "negra", evidenciou o uso pejorativo desse termo em situações negativas, inclusive em discursos de teor abolicionista. Para este artigo, optou-se por condensar a análise, que no total examinou 37 textos¹.

¹ As tabelas completas podem ser acessadas em <https://j.mp/sh/ujUVygpX>

Tabela 1 - Palavra-chave: "Preta"

EDIÇÃO	DATA	CATEGORIA	TEXTO
107	11 de maio de 1887	Anúncio	<i>Aluga-se uma escrava preta, que engomma perfeitamente, cose e cosinha; na rua Vinte Quatro de Maio n. 24</i>
129	7 de junho de 1887	Notícia	<i>Por despacho do Sr. Dr. juiz de direito d'aquella comarca foi declarada livre nos termos do art. 7º do decreto n. 9,517 de 14.de novembro de 1885, visto não ter sido dada a matrícula no prazo legal, por seu senhor Severino Teixeira Brazil, uma preta chamada Justa, de 21 annos de idade, mais ou menos.</i>
150	5 de julho de 1887	Notícia	<i>No dia 29 do mez de junho último, no lugar Corcuranas, do 2º districto do Loreto, do termo de Muribeca, foi encontrada em sua propria casa, o cadaver de uma mulher de côr preta e de nome Julia, representando ter 35 annos de idade. Da vistoria que fez proceder o respectivo subdelegado verificou-se ter ella fallecido de tuberculos pulmonares.</i>
226	4 de outubro de 1887	Notícia	<i>Em Pelotas foram pronunciadas como incursas no art. 193 do codigo criminal, sendo no sabbado recolhidas a cadeia, Maria Trindade da Conceição, Rosa Maria Aldave e Alexandre Maria Aldave, cumplices de Malvina Antonia Gouveia e Guilherme Redrigues Leuzada, no assassinato da preta Balbina, conhecida por Capitão.</i>

A análise revela que um dos usos predominantes do termo "preta" era para fins de caracterização. Ao contrário das mulheres brancas, que eram identificadas pelos seus próprios nomes, as mulheres negras sempre eram inicialmente referidas como "preta" e, posteriormente, mencionadas por seus respectivos nomes, como evidenciado nas edições 129, 150 e, especialmente, na 226. Nesta última, ao citar diversos nomes femininos sem especificar raça, ao se referir a uma mulher negra, a adjetivação "preta" é utilizada.

Esse padrão sugere uma estratégia linguística que pode ser interpretada como uma forma sutil, porém com a recorrência de vezes em que é utilizada, sugere um discurso de inferiorização. A escolha de primeiro identificar as mulheres negras por meio do termo racial antes de mencionar seus nomes individuais pode ser entendida como uma maneira de destacar a raça como um fator distintivo e, potencialmente, de inferiorização. Ao criar essa hierarquia na apresentação, o

discurso contribui para reforçar estereótipos e subjugação, sugerindo que a identidade racial dessas mulheres é mais relevante do que sua individualidade.

Dos 19 artigos textuais selecionados, nove relacionam a mulher negra com o serviço doméstico: engomar, cozinhar, vender na rua e servir como ama de leite. Dos nove, a maior parte deles são anúncios - apenas dois são caracterizados como notícia e variedades- , que buscam de forma explícita por mulheres negras para a realização desses serviços. Pode-se indicar que, majoritariamente, a recorrência no discurso de busca por pretas para o serviço doméstico revela um pensamento cristalizado, de que não havia outra função para essas mulheres.

Além da temática da domesticidade, é relevante abordar outro aspecto dos textos analisados. Entre eles, oito são notícias que reportam tragédias envolvendo mulheres negras. A linguagem empregada nessas notícias, exemplificada na edição 107 de 1888, não apenas utiliza termos que podem ser considerados insensíveis para descrever a morte de uma pessoa, mas também se refere à vítima como "Isabel de tal", evidenciando uma postura que indica pouca importância ou até mesmo desprezo pela identidade da mulher que morreu num acidente.

Esse aspecto específico das notícias sugere não apenas a insensibilidade na escolha de termos para descrever tragédias envolvendo mulheres negras, mas também a negligência em reconhecer sua individualidade e dignidade. A utilização de nomes genéricos e termos desconsiderados para se referir a essas mulheres contribui para a desumanização das narrativas sobre suas vidas e experiências. Por conseguinte, torna-se evidente não apenas a presença de discursos pejorativos, mas também a necessidade de reflexão sobre como a linguagem utilizada nas notícias perpetuava estereótipos e desrespeitava a dignidade das mulheres negras envolvidas nas tragédias reportadas.

Outro ponto em destaque é a noção de propriedade acerca da mulher negra, que será mais bem analisada na tabela 2 (abaixo). Através da "matrícula", a população negra era registrada como escrava. Ou seja, era necessário que o "dono" do escravo realizasse uma matrícula formal para regularizar as atividades escravas diante do Estado (Jesus, 2004). Na edição 129, é retratada uma liberdade em detrimento da não-realização da matrícula. Pela grande recorrência em que a palavra "matrícula" aparece no período de um ano, 379 vezes, pode-se afirmar que a imprensa pernambucana reforçava o entendimento de pessoas negras como propriedade.

Tabela 2 - Palavra-chave: "escrava"

EDIÇÃO	DATA	CATEGORIA	TEXTO
99	01 de maio de 1887	Anúncio	<i>A pessoa que quizer adiantar a quantia de 68\$000 para a alforria de uma escrava que sabe lavar, engommar e cosinhar. para a escrava the pagar com seus serviços, dirija-se a rua do Marquez do Herval n. 23, loja</i>
129	7 de junho de 1887	Opinião	<i>Não ha causa mais nobre, mais sublime, mais digna de auxilio, do que essa da emancipação da desgraçada raça escrava!</i>
296	27 de dezembro de 1887	Notícia	<i>Por telegramma do Dr. promotor publico da comarca de Barreiros, datado de 25, foi informado o Dr, chefe de policia de que o Dr. Ayres Bello, disparando um tiro ferira casualmente uma escrava sua.</i>
33	10 de fevereiro de 1888	Literatura	<i>- Entre, Andréa, disse o vagabundo à moça. Ella, obedeceu como uma escrava, dominada por uma vontade superior à sua, mas que se impunha com uma doçura infinita.</i>
109	12 de maio de 1888	Opinião	<i>O Regino é um liberal emperrado; nunca teve idéa abolicionista; se muitas vezes deu vivas ao Dr. Joaquim Nabuco, fazia o por ordem do Dr. José Marianno e a prova disso é manifesta, pois até hoje, apesar dos seus entusiasmos pela grande causa, conserva ainda no cativo a misera escrava Rufina, á quem só passaria a carta de alforria se fosse nomeado membro da comissão que presido</i>

A segunda tabela também tem como foco a representação da alta quantidade de busca por mulheres escravizadas para o serviço doméstico, mas, além disso, também evidencia a noção de propriedade acerca da mulher negra. Já na primeira edição de maio, de número 99, é possível enxergar as duas vertentes de análise juntas, através da negociação da liberdade tendo como pagamento a prestação de serviços domésticos. Esse texto explicita uma prática comum na época, visto que era mais vantajoso para os senhores pagar uma quantia única, ter uma mulher negra em sua residência realizando serviços domésticos por um tempo estipulado (geralmente um ano, conforme pode-se observar na edição 100 de 1888, da tabela 1), e não ter a responsabilidade de prover moradia, alimentação e outras condições básicas que era função dos senhores prover aos escravizados.

Dos 12 textos selecionados, cinco estão diretamente relacionados ao serviço doméstico, assim como na primeira. Nesta, também está presente a linguagem descomedida para retratar

violência contra a mulher negra, sendo duas notícias, das 12 selecionadas, casos de violências contra escravizadas. Segundo a edição 296, “foi informado o Dr, chefe de polícia de que o Dr. Ayres Bello, disparando um tiro ferira casualmente uma escrava sua”. A escolha do termo “casualmente” mostra que há uma tentativa de banalização da violência. Essa estratégia linguística minimiza a gravidade do ato, sugerindo que a violência perpetrada contra a mulher negra é algo trivial, pouco significativo.

Até quando o objetivo seria apoiar a causa abolicionista, o jornal lança o recurso de termos pejorativos. Na edição 129, ao descrever a raça negra como “desgraçada”, ainda que haja duas vertentes de interpretação para o termo, são ambas negativas e reforçam a pecha de negatividade acerca das pessoas negras. Ao empregar esse termo, o periódico perpetuava estereótipos desumanizantes, em menosprezo à experiência das pessoas negras. No período de um ano, o termo "desgraçada" foi utilizado 86 vezes em textos que tratavam de negras e negros. Essa escolha vocabular sugere a presença de preconceitos arraigados, comprometendo a mensagem e minando os esforços destinados a promover a igualdade e a justiça social. O mesmo caso acontece na edição 109, de 1888, com o emprego do termo “mísera” para descrever uma mulher negra e cativa. Na edição 33, a ficção literária relacionava os negros a submissão.

Na análise desses discursos, a atenção ao vocabulário e à recorrência de termos assume um papel central na compreensão das nuances, estratégias linguísticas e, por conseguinte, na interpretação do impacto dessas mensagens. A metodologia aplicada concentra-se em estratégias específicas para desvendar padrões linguísticos e revelar como certos termos são empregados de forma recorrente, destacando as escolhas textuais que moldam a narrativa.

Tabela 3 - Palavra-chave: "negra"

EDIÇÃO	DATA	CATEGORIA	TEXTO
132	11 de junho de 1887	Opinião	<i>O cidadão que acoitou esses escravos, apprehendidos pela policia transformada em capitão de mato, teve o procedimento que tive, que tenho e que terei sempre, enquanto não vir extincta de todo essa mancha negra que afeia a nossa nacionalidade.</i>
157	13 de julho de 1887	Variedades	<i>Apesar dos seus seios pyriformes e das suas pernas circumdadas por uma afinidade de anneis de cobre, a mulher do Gabão uma formosa negra fina o graciosa. Sob o ponto de vista moral, é pelo contrario, terrivelmente disforme, e a negrura da sua alma iguala, pelo menos, a do seu corpo. Explora todos os seus vicios, sendo umas vezes invejosa, outras colerica, depravada, preguiçosa e sempre orgulhosa</i>
261	15 de novembro de 1887	Análise	<i>Comparando as raças actuaes observa-se que as inferiores (negra, mongolica, etc.,) tem a voz mais alta do que as raças brancas superiores</i>

Por fim, a terceira tabela evidencia um uso da palavra "negra" de formas amplamente pejorativas. Dos seis artigos selecionados, três têm a presença da palavra "negra" para adjetivar negativamente. Ao relacionar a palavra "negra" a termos negativos como "vilã" e "traição", o jornal sugeria uma associação direta entre a identidade racial e características indesejáveis. Apesar de a notícia da edição 132 possuir um caráter abolicionista, o uso da expressão "mancha negra" para indicar que a escravidão é um mal é contraditório em sua própria forma, pois a principal caracterização da situação como algo negativo é a palavra "negra".

Já na edição 157, o uso da palavra "negrura" para descrever tanto a alma quanto o corpo implica uma associação direta entre a cor da pele e características moralmente negativas. A afirmação de que a "negrura da alma" é equivalente, pelo menos, à do corpo, sugere uma hierarquização moral com base na cor da pele. Em seguida, o jornal utiliza uma série de termos negativos como "invejosa", "colérica", "depravada", "preguiçosa" e "orgulhosa" para descrever a pessoa, reforçando estereótipos raciais.

Na edição 261, através de um texto de caráter científico sobre um estudo acerca da potência da voz humana, o jornal informa que a raça negra é inferior à branca, que no próprio texto é caracterizada como superior. Visto que o jornal também era utilizado como fonte de conhecimento, um texto de caráter científico que afirma a inferioridade da raça negra pode ser absorvido como verdade.

4. Considerações finais

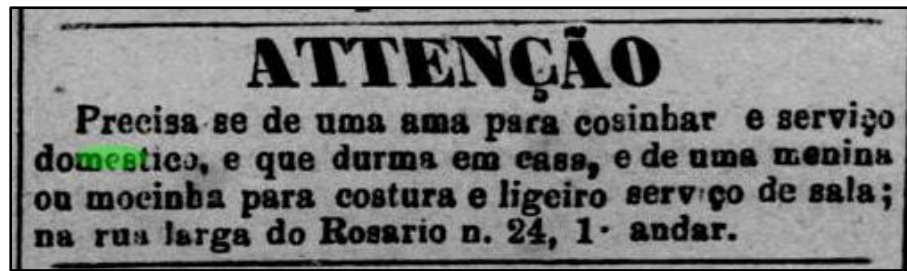
Após a Abolição, o trabalho doméstico tornou-se a principal alternativa de renda para ex-escravizadas, que, sem garantias de proteção, continuavam a enfrentar assédio sexual, baixos salários e violência (Carvalho, 2006).

A elite latifundiária mantinha seu poder, enquanto os recém-libertos lidavam com a falta de oportunidades no mercado de trabalho "qualificado" (Pereira, 2011). As condições de trabalho permaneciam subalternas, e o setor doméstico absorveu essa mão de obra, tornando-se uma via crucial para a inserção no trabalho (Graham, 1992).

Florestan Fernandes (2008) destacava que os senhores não assumiram a responsabilidade por seus ex-escravizados, e muitas mulheres negras encontraram estabilidade apenas nesse setor. Além disso, o autor também pontuava que, com o fim da escravidão, o Brasil obteve muita mão de obra estrangeira, o que dificultou a inserção dos homens na sociedade do trabalho livre no fim do século. As mulheres, por outro lado, conseguiram mais estabilidade econômica; no entanto, apenas no setor doméstico. Segundo ele, “várias condições favoreciam a estabilidade da ‘mulher negra’ como e enquanto *serviçal doméstica*” (Florestan, 2008, p. 81).

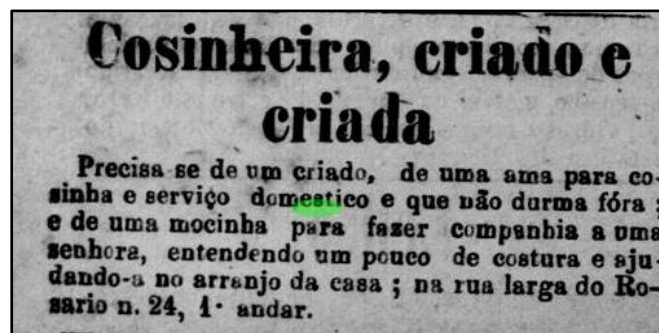
Anúncios em jornais, logo após a Abolição, reforçavam a ideia de que mulheres negras eram destinadas a serviços domésticos, perpetuando estereótipos e papéis sociais. No mês de maio de 1888, poucos dias após a assinatura da Lei Áurea, já apareciam, no *Diario*, anúncios buscando por mulheres para a realização de serviços domésticos como os que as ex-escravizadas realizavam. Nas figuras 3 e 4, pode-se perceber a presença do termo “ama”, destacando mais uma vez sua relevância para o entendimento das dinâmicas do serviço doméstico no pós-Abolição:

Figura 3: Diário de Pernambuco, edição 113, 19 de maio de 1888.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 4: Diário de Pernambuco, edição 122, 30 de maio de 1888.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A domesticidade teve um papel destacado na estrutura do trabalho nas grandes cidades, que mantiveram mulheres negras como domésticas e cuidadoras. Conforme Davis (2016), relações assimétricas entre sexos e raças são construções sociais, sendo a mulher negra particularmente afetada. Aguiar (2007) afirma que a raça é uma construção social, associada a significados simbólicos que influenciam percepções e práticas sociais (Guimarães, 2002).

A análise de dados revela que a linguagem pejorativa e discursos de inferiorização contribuíram para uma hierarquia social que ainda marginaliza a mulher negra no trabalho doméstico. O *Diário de Pernambuco* atuou na construção e manutenção do imaginário de domesticidade, perpetuando a busca por esse tipo de serviço.

Historicamente, a hierarquia social prejudicou homens e mulheres negras, mas elas frequentemente se tornaram as responsáveis pelo sustento familiar (Silva, 1996). Dados do Dieese (2022) mostram que 92% das pessoas no trabalho doméstico são mulheres, das quais 67% são negras, muitas acima dos 40 anos e com renda abaixo de um salário. Essa realidade

evidencia que o trabalho doméstico continua a ser uma das principais oportunidades para mulheres negras, que equilibram suas funções profissionais com as responsabilidades familiares.

Esta pesquisa aponta a complexidade dos significados sociais e raciais relacionados à domesticidade e à prestação de serviços domésticos. Destaca-se a importância do *Diário de Pernambuco*, jornal mais antigo da América Latina ainda em circulação, na construção do imaginário de domesticidade associado à mulher negra. A análise das edições do jornal revela como a imprensa desempenha um papel central na formação de percepções sociais, endossando estereótipos.

O periódico, ao reiterar discursos que associam a mulher negra ao trabalho doméstico, não apenas refletiu, mas também consolidou um padrão subalterno. Essa construção social, enraizada em preconceitos raciais e diferenças de classe, moldou a percepção coletiva das mulheres negras. O *Diário* revela-se como um agente relevante nesse processo, evidenciando a responsabilidade da imprensa na perpetuação e desconstrução de estigmas sociais.

A análise do papel da mídia na formação de imaginários sociais ressalta a necessidade de abordagens reflexivas e equitativas na produção e disseminação de narrativas, especialmente em relação a grupos historicamente marginalizados. A pesquisa demonstra que a conjuntura social da domesticidade remonta aos períodos pré e pós-escravidão, confirmando a influência dos periódicos na formação do imaginário de domesticidade.

Os resultados destacam a urgência de questionar os discursos da imprensa que perpetuam estigmas, sublinhando a importância de compreender os padrões históricos de representação para desvendar as complexidades dos contextos sociais contemporâneos. Assim, entender o passado se configura como essencial para uma análise crítica das estruturas que moldam as relações atuais.

Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rogério e BASSO, Marjorie K.J. O preto no branco: democracia midiática no Brasil e presença dos negros nas fotos dos jornais. **Estudos em Comunicação**, nº 2, pp. 81-96, dezembro de 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Editora Universitária. Recife, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **De portas adentro e de portas afora**: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. Afro-Ásia, núm. 30, 2003, pp. 41-78. Universidade Federal da Bahia, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Bessone da C. (orgs). **Imprensa e História**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, p. 176, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIAS, Zaira Ary. **Domesticidade: "Cativeiro" feminino?** Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GOMES, José Carlos. **Jornais e Jornalistas**: A Imprensa no Brasil no Século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse país**: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta fora: Trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871).** 172f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; PEETZ, Maria da Silva. **100 anos de Feiras Livres na cidade de São Paulo.** São Paulo: Via Imprensa Edições de Artes, 2015.

KLEIN, Herbert S. **African Women in the Atlantic Slave Trade.** In: ROBERTSON, Claire C. KLEIN, Martin A. (Ed.). **Women and Slavery in Africa,** 1983.

KNIGHT, Rosie. **Mistresses, motherhood and maternal exploitation in Antebellum South.** Journal of Women's History, Special Issue Mothering Slaves: Motherhood, Childlessness and the Care of Children in Atlantic Slave Societies, vol. 27, n. 6, 2017, pp. 990-1005.

LEITE, Miriam M. (org) **A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX.** Edusp: São Paulo, 1984.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição.** São Paulo: EDUSP, 2015.

NEQUETE, Lenine. **O escravo na jurisprudência brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado.** Porto Alegre: Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impressos do Tribunal de Justiça, 1988, p. 61-77.

OLIVEIRA, Célia Maria Marinho de. **A Imprensa em Pernambuco: História e Memória.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2004.

OLIVEIRA, Tiago de. **Imprensa e Política em Pernambuco no Século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

PEREIRA, Bergman de Paula. “De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição” In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS**, I, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Sônia C. P. da. **O Jornalismo em Pernambuco: Um Olhar Histórico**. Recife: Editora UFPE, 2008.

SOARES, Cecília Moreira. **As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. In **AFRO-ÁSIA**, nº 17, pp. 57-71; Centro de Estudos Afro-Orientais, Bahia, Salvador: EUFBA, 1996.

SOUZA, Jesse. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TELLES, Lorena da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**, Tese de doutorado, FFLCH/História, 2018, pp. 71-118.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão Pati de Alferes). **Manual sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal/Casa Rui Barbosa, 1985.

Recebido em 2024-09-29

Revisado em 2024-11-28

Aprovado em 2024-12-04

Publicado em 2024-12-31